



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESPETÁCULO MUSICAL COM O GRUPO
“OS QUATRO E MEIA” NO ÂMBITO DA FEIRA DO QUEIJO 2025**

AJUSTE DIRETO

Processo n.º 2025/300.10.005/3

Procedimento GC 3/2025-AD

CONVITE



Índice

1.	IDENTIFICAÇÃO DO TIPO E OBJETO DO PROCEDIMENTO.....	2
2.	ENTIDADE ADJUDICANTE E LOCAL ONDE DECORRE O PROCEDIMENTO	2
3.	ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	2
4.	FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO	2
5.	ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	3
6.	PREÇO BASE.....	3
7.	CONCORRENTES E IMPEDIMENTOS.....	3
8.	AGRUPAMENTOS	3
9.	DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	4
10.	PROPOSTA BASE	6
11.	PROPOSTAS VARIANTES	6
12.	PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	6
13.	ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS	6
14.	ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS	7
15.	ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE PROPOSTAS.....	8
16.	PRAZO DE OBRIGAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS.....	9
17.	MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
18.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	9
19.	CRITÉRIOS DE DESEMPATE	9
20.	NEGOCIAÇÃO	10
21.	EXCLUSÃO DA PROPOSTA.....	10
22.	PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	10
23.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	10
24.	MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	11
25.	CAUÇÃO	12
26.	CONTRATO	12
27.	PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	12
28.	DESPESAS E ENCARGOS DO CONCORRENTE	12
29.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	12
30.	ANEXOS	12



1. IDENTIFICAÇÃO DO TIPO E OBJETO DO PROCEDIMENTO

- 1.1. O presente convite segue a tramitação procedimental prevista para o procedimento de Ajuste Direto encontrando-se em conformidade com o disposto nos artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, tendo sido adotado ao abrigo do disposto artigo 24º nº 1 alínea e) subalínea i) do CCP, na sua atual redação.
- 1.2. O presente procedimento de Ajuste Direto tem por objeto a **Aquisição de Serviços de Espetáculo Musical com o Grupo “Os Quatro e Meia” no âmbito da Feira do Queijo 2025, a ocorrer no dia 22 de fevereiro de 2025, no palco 1 do recinto da Feira, junto ao Mercado Municipal de Celorico da Beira**, nos termos definidos no presente convite, caderno de encargos, respetivas especificações técnicas e demais anexos que dele fazem parte integrante.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E LOCAL ONDE DECORRE O PROCEDIMENTO

- 2.1. A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Celorico da Beira, sita na Rua Sacadura Cabral, nº 39, 6360-350 Celorico da Beira, com o número de telefone (+351) 271747400.
- 2.2. O processo do concurso decorre na Câmara Municipal de Celorico da Beira, através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública *AcinGov*, de acordo com as condições constantes do presente convite e caderno de encargos.

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

O presente procedimento é autorizado por despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, no âmbito das suas competências, na Informação de Abertura do presente procedimento.

4. FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Ajuste Direto, conforme definido no art.º 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea i) do CCP, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Subsequentemente, sendo a entidade Primeira Linha, Lda., representante, em regime de exclusividade do artista a contratar [portanto, a prestação de serviços objeto deste procedimento só lhe pode ser confiada], fica preenchido o pressuposto legal subjacente à utilização do instrumento excecional previsto na subalínea i) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua redação atualizada.



5. ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 5.1. Nos termos do disposto no art.º 133.º do CCP, as peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas na plataforma eletrónica da *AcinGov*, no seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt.
- 5.2. Para aceder à plataforma eletrónica, bem como às peças do procedimento, os interessados deverão efetuar o registo no endereço eletrónico atrás mencionado.

6. PREÇO BASE

- 6.1. O preço base total do procedimento é de **37 500,00€ (trinta e sete mil e quinhentos euros)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, correspondendo ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação de serviços e limita o preço contratual no período máximo de vigência do contrato.
- 6.2. A definição do preço base teve como referência uma consulta ao mercado.
- 6.3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 6.4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

7. CONCORRENTES E IMPEDIMENTOS

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações nos termos dos artigos 55.º e 55.º-A do CCP, na sua atual redação.

8. AGRUPAMENTOS

- 8.1. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais a contratar, comprovando em relação a cada uma das empresas os documentos exigidos no presente convite (todas as empresas que compõem o agrupamento).
- 8.2. Os membros de um agrupamento candidato ou concorrente não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, de acordo com o estabelecido no CCP, nem integrar outro agrupamento candidato ou concorrente.



- 8.3. A constituição jurídica do agrupamento não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta.
- 8.4. As entidades que compõem o agrupamento deverão designar o interlocutor único, devidamente identificado perante o dono da obra, representante, entregando os respetivos instrumentos de mandato.
- 8.5. Não existindo representante comum, a proposta e todos os documentos que a constituem devem ser assinados, com assinatura eletrónica qualificada e selo temporal de validação cronológica, por todos os seus membros (por todos os empreiteiros e subempreiteiros) ou respetivos representantes.
- 8.6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: sociedade, consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas.
- 8.7. Em caso de adjudicação, a apresentação dos documentos de habilitação deve obedecer ao disposto no art.º 81º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, conjugado com a Portaria n.º 372.º/2017, de 14 de dezembro.

9. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

9.1. A proposta será instruída com os seguintes documentos:

- a. **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP (Anexo I ao presente Convite), dando cumprimento à alínea a) do n.º 1, do Artigo 57º do CCP, na sua atual redação, assinada nos termos do disposto no n.º 4 do mesmo artigo, pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
- b. **Proposta de preço total** que pode, querendo, ser apresentada de acordo com o modelo da Declaração elaborada em conformidade com o constante do anexo III do presente Convite, que contenha os atributos da proposta, de acordo com o estabelecido na Parte II – Requisitos e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e com os quais o concorrente se dispõe a contratar. A proposta deve considerar:
 - i. Preços unitários e preço total que não devem incluir o IVA; (se aplicável)
 - ii. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluem o IVA;



- iii. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
 - iv. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
 - c. **Declaração de compromisso relativa ao prazo de execução e aceitação das condições de pagamento;**
 - d. **Documentação comprovativa do cumprimento das especificações técnicas constantes do Anexo ao Caderno de Encargos (Cláusulas Técnicas)**, às quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule e em respeito às condições definidas no Caderno de Encargos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP;
 - e. **Certidão do Registo Comercial** atualizada ou código de acesso à certidão permanente, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura (se aplicável);
 - f. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos da definição dos atributos da sua proposta.
- 9.2. A proposta deve ser assinada digitalmente pelo concorrente ou seus representantes, que tenham poderes para o obrigar;
- 9.3. Integram ainda a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis à apreciação dos aspetos da execução do contrato;
- 9.4. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta até 66 dias úteis a contar da data fixada para a receção das propostas;
- 9.5. Não é admitida a apresentação de proposta com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos;
- 9.6. As declarações devem ser assinadas pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- 9.7. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, as declarações devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos às declarações os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinadas por todos os seus membros ou respetivos representantes.



9.8. Em caso de contradição do texto constante de qualquer proposta, serão as disposições legais que integram o CCP, na sua atual redação, as que deverão relevar.

10. PROPOSTA BASE

10.1. Tem o concorrente de apresentar a proposta para a execução do objeto do presente procedimento, nos exatos termos em que foi posto a concurso.

10.2. Serão tidas como não escritas quaisquer condições divergentes do caderno de encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem das propostas apresentadas ou de outros documentos que as acompanhem.

11. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes pelos concorrentes relativamente a nenhum aspeto da execução do contrato a celebrar.

12. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. As propostas e os documentos que as acompanham são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de Contratação Pública já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

12.2. A proposta deverá ser apresentada, pelos concorrentes ou seus representantes, até **às 23:59 horas do 5.º (quinto) dia, a contar da data de envio do convite** na referida Plataforma.

12.3. A proposta e os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e deverão ser datados e assinados digitalmente, com assinatura eletrónica qualificada e selo temporal de validação cronológica, nos termos do art.º 58.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

12.4. O concorrente é o único responsável pelos atrasos que eventualmente se verifiquem, não podendo, por isso, considerar-se tempestivamente apresentadas as propostas e quaisquer documentos que deem entrada depois da hora e data limites referidas no número anterior.

13. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS

13.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri, nos termos da delegação de competências por despacho do Exmo. Sr. Presidente, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 109.º do CCP, na sua atual redação.



- 13.2. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e apresentação de listas de erros e omissões, devem ser colocados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do art.º 50.º do CCP, na sua atual redação.

14. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

- 14.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do art.º 50.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.
- 14.2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
- a. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
- 14.3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 14.4. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do art.º 378.º do CCP.
- 14.5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas ou até ao prazo fixado no programa de procedimento:
- a. O órgão competente para a decisão de contratar ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 14.6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.



- 14.7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no ponto 8.5, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no art.º 64.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.
- 14.8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados desse facto.
- 14.9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

15. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE PROPOSTAS

- 15.1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 15.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, na sua atual redação.
- 15.3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas candidaturas e propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:
- a. A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, incluindo a declaração do anexo I do CCP;
 - b. A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
 - c. A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a proposta, que pode ser suprida através da junção de



declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

- d. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- e. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.os 13.1 e 13.3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pelo Município, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

16. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, nos termos do art.º 65.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

17. MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, o modelo de avaliação das propostas obedecerá ao critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade de Monofator:

- a. Avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar.

18. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, dando cumprimento à alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação:

- a) Avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar – 100%.

19. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Não aplicável



20. NEGOCIAÇÃO

Não aplicável

21. EXCLUSÃO DA PROPOSTA

As propostas serão excluídas nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do 146.º do CCP, por remissão do disposto no artigo 122.º do CCP, na sua atual redação.

22. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

- 22.1. Será considerado anormalmente baixo o preço resultante de proposta que seja **40% ou mais**, inferior ao preço base, pelo facto de se poder considerar a proposta apresentada não séria, podendo colocar em causa a execução da empreitada.
- 22.2. Caso a proposta apresente um preço anormalmente baixo, deve ser acompanhada de documento justificativo do mesmo, nos termos previstos do n.º 3 do art.º 71.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.
- 22.3. Para os devidos efeitos legais do ponto anterior considera-se solicitado previamente o documento justificativo que deve acompanhar a proposta que preste os esclarecimentos relativos aos elementos constitutivos relevantes da proposta.
- 22.4. Caso o concorrente apresente a proposta com o preço anormalmente baixo cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do art.º 71.º do CCP, a mesma será excluída nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 70.º do CCP.

23. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 23.1. Nos termos do estabelecido no art.º 81.º do CCP, na sua atual redação, o Adjudicatário tem de apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86º, Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação:
- a. **Declaração conforme o anexo II do presente Convite**, em cumprimento da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação;
 - b. **Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos**, na sua atual redação;



- 23.2. Nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual, deverá apresentar o **comprovativo da realização do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, se aplicável.
- 23.3. O adjudicatário deverá ainda, para efeitos de redução do contrato a escrito, entregar os documentos a seguir indicados:
- a. **Declaração onde conste a identificação dos outorgantes do contrato, respetiva morada e contactos;**
 - b. **Dados do documento de identificação dos outorgantes do contrato**, designadamente, cartão de cidadão ou bilhete de identidade e cartão de contribuinte;
 - c. **Procuração** (se aplicável).
- 23.4. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua Portuguesa.
- 23.5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual aceite a sua prevalência sobre os originais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

24. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 24.1. Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada.
- 24.2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 24.3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 dias.
- 24.4. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP deve ocorrer no prazo de 2 dias.



25. CAUÇÃO

Não é exigível a prestação de caução, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

26. CONTRATO

Haverá lugar a celebração de contrato escrito, nos termos dos artigos 94.º e seguintes do CCP, na sua atual redação.

27. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação de serviços terá a duração de **1 (um) dia – o dia do espetáculo - a ocorrer no dia 22 de fevereiro de 2025, com a duração mínima de 75 minutos**, iniciando-se o contrato a contar da data da sua publicitação no portal dos contratos públicos, nos termos do art.º 127.º do CCP, na sua atual redação, com todas as condições constantes nas especificações técnicas do Caderno de Encargos.

28. DESPESAS E ENCARGOS DO CONCORRENTE

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

29. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 29.1. Em tudo o que o presente Convite for omissivo, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislação aplicável.
- 29.2. Na ocorrência de eventuais litígios, estes serão dirimidos com recurso à lei portuguesa no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco com expressa renúncia a qualquer outro.

30. ANEXOS

ANEXO I - Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

ANEXO II - Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

ANEXO III - Modelo da Proposta



ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 —... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de...⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de.....(designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo⁽³⁾:

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo



81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura eletrónica qualificada e selo temporal de validação cronológica ⁽⁴⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 —... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de....(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura eletrónica qualificada e selo temporal de validação cronológica ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III
Modelo da Proposta

..... (indicação da firma), contribuinte n.º....., com sede em, depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de (designação da aquisição de serviços), a que se refere o convite datado de, obriga-se a executar a referida prestação de serviços, de harmonia com o Convite e Caderno de Encargos, pela quantia de (por algarismos e por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu Contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... [assinatura eletrónica qualificada e selo temporal de validação cronológica ⁽¹⁾].

(1) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º